

Karizia Ribeiro Pereira Caetano

O Programa Nuclear Iraniano: ameaça internacional ou busca pela
segurança do país

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Especialista em
Relações Internacionais pela Universidade de Brasília

Universidade de Brasília

Orientador: Virgílio Caixeta Arraes

Brasília, 2014

Resumo

O presente trabalho visa comprovar, tendo como base o Programa Nuclear Iraniano, que os Estados possuem pretensões subjacentes ao discurso. Diante disso, são identificados os possíveis interesses dos Estados Unidos e do Irã, evidenciando os prováveis ganhos caso tenham seus respectivos discursos internalizados. Além disso, destaca-se a estratégia de dominação estadunidense e o porquê de o Irã buscar se armar nuclearmente. Expõe-se ainda que os Estados podem ser o meio pelo qual uma classe dominante se utiliza para alcançar seus objetivos, demonstrando, ainda, a importância do discurso e da mídia nesse processo. Esses funcionam como instrumento de promoção do consenso, o qual serve para que a classe dominante se legitime e atinja seus interesses. Logo, comprova-se a influência do discurso na persecução dos interesses por parte do Estados e a importância da mídia nesse processo. Além de demonstrar que os EUA promovem estereótipos a fim de alcançar seus objetivos, assim como o Irã, o qual busca se proteger e manter sua autonomia.

Palavras-chave: Programa nuclear iraniano, mídia, discurso.

Abstract

This study aims to demonstrate, based on the Iranian Nuclear Program, that States have claims underlying speech. Thus, the possible interests of the United States and Iran are identified, highlighting the likely gains if they have internalized their respective speeches. In addition, it emphasizes the strategy of U.S. domination and why Iran was seeking nuclear arming. Moreover, it exposes that States may be the means by which a ruling class uses to achieve its goals, showing also the importance of the speech and of the media in this process. These function as an instrument for promoting consensus which serves to the ruling class to legitimize itself and reaches its interests. Therefore, proves the influence of discourse in pursuit of interests by the States and the importance of the media in this process. Besides demonstrating that the U.S. promote images in order to achieve their goals, as well as Iran, which seeks to protect and maintain their autonomy.

Key-words: Iran's nuclear program, media, speech

Introdução

O Programa Nuclear iraniano tem sido um tema recorrente nas Relações Internacionais, o qual é tratado pelos mais diversos meios de comunicação e debatido entre acadêmicos. Levando isso em conta, o presente trabalho buscará responder se há pretensões subjacentes ao discurso dos EUA diante do programa nuclear que o Irã desenvolve, questionando se esse é uma ameaça internacional ou se está em busca da segurança do país.

A hipótese levantada traz o argumento de que, muitas vezes, os representantes dos Estados, em nome de uma classe dominante, fazem uso do discurso para legitimar suas ações a fim de alcançar interesses diversos. Isso será demonstrado ao longo do trabalho por meio da análise da atuação dos EUA e do Irã.

Deste modo, utilizar-se-á o conceito de hegemonia gramsciana, o qual defende que ela é a combinação entre coação e consentimento de uma classe dominante sobre outra (dominada).

Examinar-se-á o processo histórico de construção do programa nuclear, demonstrando a importância do discurso e da mídia para que a classe dominante alcance seus interesses, legitime-se e mantenha-se no poder. Trar-se-á a abordagem de Cox acerca do conceito de hegemonia de Gramsci no campo das Relações Internacionais.

Ademais, baseado nos entendimentos de Ana Esther Ceceña, será explanada a estratégia de dominação estadunidense, a qual tem um alcance completo por buscar superioridade nos mais diversos campos e considerar a diversidade de contextos em um mundo globalizado. Levando em conta a aplicação da estratégia de dominação, serão identificados os possíveis interesses e prováveis ganhos dos EUA caso tenham seu discurso internalizado.

A pesquisa demonstrará ainda que o Irã também faz uso do discurso para alcançar seus interesses, identificando as prováveis motivações iranianas para desenvolver a arma nuclear, além de discutir se a República Islâmica é uma ameaça à segurança regional, internacional ou se simplesmente busca garantir a segurança interna.

1. Análise do discurso

O discurso é a palavra em movimento cuja análise possibilita verificar as transformações do homem e de sua realidade (ORLANDI, 2005:20 - 25). É preciso analisar a relação estabelecida pela língua com o sujeito que a fala e com as situações em que se produz o dizer, pois a depender do contexto a linguagem pode ter um significado diferente (ORLANDI, 2005:25). Portanto, é necessário relacionar a linguagem à sua exterioridade.

Pêcheux defende que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia (*apud* ORLANDI, 2005:45 - 50). O discurso é produto do modo que a linguagem está materializada na ideologia e pode mostrar como essa interfere na língua; deste modo, a análise do discurso considera que a linguagem não é transparente ou inocente; é a articulação do simbólico com o político (ORLANDI, 2005:45 - 50).

Isto é, não há realidade sem ideologia e acreditar na transparência da linguagem se configura em uma ilusão, pois, nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes (ORLANDI, 2005:45 - 50). Logo, é imprescindível que o discurso seja analisado pensando em sua relação com a ideologia e com o contexto em que foi produzido para que, assim, saiba-se que aquele é enviesado e para que se perceba a existência de interesses subjacentes.

Esse entendimento de ideologia conversa com o conceito de ideologia gramsciana uma vez que, segundo esse, a sociedade civil é composta por várias concepções de mundo que se manifestam em todos os campos da vida comum ou individual, destinando-se a manter, defender e desenvolver uma ordem; aquela cria coesão, alcançando, portanto, consenso (*apud* PORTELLI, 2002:22).

Ademais, a linguagem serve para comunicar e para não comunicar, onde o dizer tem relação com o não dizer (ORLANDI, 2005:82 - 85). O indivíduo escolhe o que deve falar e como falar, assim como decide o que omitir de modo a alcançar seus objetivos. O não comunicar dá margem para pressuposições; para descobrir o que está implícito no discurso do emissor.

Segundo Foucault há processos internos de controle do discurso que ocorrem a títulos de classificação, ordenação e distribuição, normatizando o discurso; tal controle pode ter função restritiva e coercitiva (*apud* ORLANDI, 2005:82 - 85).

Logo, os discursos são enviesados por interesses, contextos, ideologias que, segundo Foucault (2007:41- 46), constroem uma “verdade” – concepção de mundo – que está ligada a sistemas de poder os quais produzem, apoiam e reproduzem essa suposta verdade. Na concepção gramsciana, esse sistema de poder seria a expressão da hegemonia da classe dominante, que constrói a sua concepção de mundo para ser legitimada pela sociedade civil,

fazendo com que seus interesses particulares pareçam ser os interesses da sociedade como um todo (*apud* MIRANDA, 2011:4).

A “verdade” construída pela classe hegemônica é difundida e consumida por meio dos aparelhos de educação ou de informação que possuem grande extensão no corpo social; é produzida e transmitida sob o controle da classe dominante através de grandes aparelhos da própria sociedade civil que possibilitam a formação de consenso, como universidades e meios de comunicação; além de ser objeto de lutas ideológicas entre as classes sociais (FOUCAULT, 2007; GRAMSCI *apud* MIRANDA, 2011:3).

2. **Mídia e as massas de manobra**

Em toda multidão há condutores e conduzidos (MATTELART e MATTELART, 2010:24). A grande massa é controlada pela elite pensante por meio da Fabricação de Consenso através de diversos mecanismos, como a mídia, a cultura, a escola (CHOMSKY, 2003:15 - 19). O discurso também pode ser entendido como parte dos esforços para construção do consentimento.

Ao aplicar esse argumento ao conceito de hegemonia gramsciana, observa-se que a classe dominante conduz a partir da difusão de sua concepção de mundo, criando o consenso e podendo controlar a classe dominada – conduzida, quando não pela ideologia, por meio da coerção (GRAMSCI *apud* MIRANDA, 2011:3)

Assim como Chomsky, Mattelart e Mattelart (2010:82) argumenta que a mídia é um meio de circulação eficaz mais econômico que o uso da força, sendo usada como um instrumento de ‘sugestão’ que facilita a adesão das massas através da ‘fabricação de opinião’ e que pode transformar os indivíduos em autômatos.

Isto é, se houver a internalização dessa concepção de mundo, impregnada por ideologias e interesses, a sociedade civil acaba legitimando os objetivos da classe hegemônica, agindo em concordância com a vontade dessa. Ademais, se o indivíduo estiver à margem desse sistema de controle provavelmente agirá baseado em seus próprios interesses, ideologias, objetivos, enfim, sua própria concepção de mundo, e não seriam meros autômatos.

Faz-se necessário destacar que em Gramsci a sociedade civil é vista como um campo de batalhas para as lutas ideológicas, em que o processo de criação de consenso e de controle das classes dominadas não é tão automático como explicitado por Chomsky e Mattelart e Mattelart.

Segundo Mattelart e Mattelart (2010:37), a mídia pode ser usada tanto com bons como com maus fins¹; é uma forma de gestão governamental de populações, sejam essas apoiadoras ou não. Habermas vê esse processo de fabricação de opinião e controle das massas como uma “refeudalização da sociedade” (*apud* MATTELART e MATTELART, 2010:82).

Para que a massa seja mantida sob controle esta não pode se organizar, os indivíduos devem ficar segregados para não pensar e não tentar participar do sistema, pois, assim, acreditarão não terem força suficiente para lutar por suas demandas (CHOMSKY, 2003:21 - 24). Mas, se ocorrer o contrário e os indivíduos observarem que há outros que compartilham as mesmas ideias e pensamentos e o poder que juntos têm, poderão se coalizar e terão mais força para defender o que acreditam.

Segundo Chomsky (2003:21 - 24), a elite/comunidade dos negócios possui muitos recursos que possibilitam controlar a mídia e tirar o foco do que querem deixar implícito, dirigindo a atenção da massa para outras coisas. Deste modo, ela pode usar slogans e discursos vazios em que todos sejam a favor, desviando a atenção do que de fato é importante.

Exemplo disso é o processo de “vilanização”, isto é, processo em que se produz um vilão a partir da difamação e da adoção de sanções (CHEREM, 2006:89). A “vilanização” usa a mídia [e o discurso] como meio para produção de opiniões e criação de consenso, os quais são baseados nos interesses da classe dominante (GRAMSCI *apud* MIRANDA, 2011:4).

Segundo Ferreira (2010), esse processo ocorre através da manipulação do discurso e da mídia, promovendo um estereótipo que, à medida que a população o internaliza, cria legitimidade para a ação desses grupos [em Gramsci seriam as classes dominantes].

Esse mecanismo tem como fim o apoio a uma política distinta da apresentada, maquiada pela beleza do discurso. Essa política não é explicitada para não fazer com que a massa pense. Outra forma de controle é a deturpação da História, passando a imagem de que estão se defendendo de alguma ameaça, quando na verdade estão atacando (CHOMSKY, 2003:31).

A elite faz uso de diversos mecanismos para manipular as massas, uma vez que elas nunca estão completamente domadas, havendo ondas de insubmissão, de desobediência, e isto faz com que esse sistema de domínio seja uma batalha permanente (CHOMSKY, 2003:30).

Durante o governo do George W. Bush, presidente dos EUA por dois mandatos consecutivos no período de 2001 até 2009, houve uma série de decréscimos no âmbito social (aumento do desemprego, por exemplo); para que a massa continuasse sob controle seria preciso tirar o enfoque desses problemas, então, iniciou-se a Guerra ao Terror voltada para

¹ Esclareço que essa forma de empregar a mídia para fins benéficos ou não é um juízo de valor de Mattelart e Mattelart.

outra problemática, desviando a atenção da população. Isso acontece a partir de uma ofensiva ideológica que cria um monstro para depois destruí-lo; contudo, é importante destacar que isso é feito apenas com quem não possui capacidade para revidar (CHOMSKY, 2003:37 - 40).

3. Estratégia de dominação dos EUA

O processo de dominação não ocorre apenas através dos sistemas produtivos, dos movimentos da moeda ou das invasões militares, mas se constitui como reflexo das relações de poder que se reproduzem no cotidiano (CECEÑA, 2004:21).

Os EUA buscam construir um campo de batalha benéfico em que haja ambientes favoráveis aos seus interesses, através da internalização, voluntária ou não, do *american way of life and thinking*, através da abertura para capitais estadunidenses ou por meio de protecionismo que garantem condições de monopólio relativo ou absoluto, promovendo, assim, a supremacia dos Estados Unidos (CECEÑA, 2004:23).

As motivações que levam os EUA a desenvolver guerra econômica, política, cultural e/ou militar, colocando em prática sua estratégia de dominação, são recursos, riquezas e mercado ou devido a obstáculos, resistências e insurgências (CECEÑA, 2004:24).

Para manter-se como hegemonia e garantir uma estratégia de dominação superior à dos outros Estados, os EUA consideram a diversidade de contextos que se modificam constantemente, devido, por exemplo, às inovações tecnológicas nas comunicações que permitiram um entrelaçamento entre povos e processos sociais, econômicos e políticos (CECEÑA, 2004:25).

Uma vez que o núcleo de disputa entre as grandes potências está em ocupar a posição de maior hierarquia, o sistema de dominação estadunidense busca superioridade nos mais diversos campos e não acabar com o oponente (CECEÑA, 2004:25). Todavia, se houver uma ameaça proveniente de um grupo não institucionalizado com ideais que colocam em risco o sistema de dominação haverá uma inflexão na atuação, pois não se trata de uma disputa pela apropriação de objetos materiais, territórios ou recursos específicos, mas do funcionamento regular do sistema (CECEÑA, 2004:25).

Deste modo, o departamento de defesa dos EUA enfatiza na estratégia de desarticulação dos inimigos reais e potenciais, englobada na concepção preventiva que supõe que a mínima dissidência é sinal de perigo e guerra futura (CECEÑA, 2004:26). A Guerra Preventiva, lançada por George W. Bush após os ataques de 11 de setembro, elucida bem essa estratégia.

Segundo Ceceña (2004:27 - 29), para dominar outros Estados e manter o *status quo* como potência hegemônica, os EUA usam a estratégia de espectro completo que se subdivide em três:

- a) Superioridade tecnológica – A tecnologia com epicentro na esfera militar estabelece espaços privados de controle e cria condições para a construção e exercício do poder (CECEÑA, 2004:28). A criação de tecnologias mantém posições de liderança em áreas estratégicas para a definição de superioridade tecnológica (CECEÑA, 2004:28). Dentro desta ótica, ter um sistema de inteligência com alcance global apoiado por uma rede de comunicações capaz de reunir e proporcionar informações em tempo real, em qualquer lugar do mundo, a qualquer de seus comandos e forças de segurança facilita o processo de dominação de espectro completo (CECEÑA, 2004:28). Outro facilitador é ter superioridade no controle de espaços, mantendo uma exclusividade sem interferência. É fundamental a criação de vantagens no conhecimento de vírus, doenças tropicais, criação de antídotos e vacinas para desenvolver algum tipo de superioridade e ferramentas de controle biológico (CECEÑA, 2004:28).

- b) Reordenamento territorial – O segundo mecanismo para alcançar domínio de espectro completo é a gestão do território mundial, entendido como uma construção social complexa que incorpora componentes físicos, históricos e culturais (CECEÑA, 2004:29). Detectores de riquezas no subsolo, sensores de movimento, fotografias de satélite, perfuradores marinhos em águas profundas e muitos outros produtos de tecnologia são importantes para dar um sentido rentável à apropriação territorial porque a implantação militar que a possibilita tem a finalidade de defender os interesses vitais dos EUA que vão além de suas fronteiras (COHEN *apud* CECEÑA, 2004:29). O desenvolvimento e a utilização estratégica da tecnologia auspiciam uma política agressiva de reorganização de territórios que abrange desde a dissolução das fronteiras existentes e o redesenho dos espaços geopolíticos até o fortalecimento da presença direta das forças de segurança dos EUA em sentido mais amplo (CECEÑA, 2004:29).

- c) Universalização de normas reprodutoras das relações de poder – O terceiro mecanismo é a criação de normativa universal, tanto no campo de guerra – através de órgãos como a OTAN ou a ONU – e de gestão econômica global – através da implementação de critérios determinados supranacionalmente pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial ou a Organização Mundial do Comércio, entre outros – como no econômico – através do estabelecimento de equivalentes tecnológicos – que marcam as pautas da produção, a organização da produção e da concorrência (CECEÑA, 2004:29). As instituições são

fundamentais na perpetuação de uma ordem, reforçando as relações de poder existentes (MENESES-SILVA, 2005:267).

Essa estratégia de dominação de espectro completo empregada pelos Estados Unidos tem como fim fazer, no mínimo, a manutenção de sua posição no cenário internacional. Para ser um *hegemon* eficaz, o poder econômico e/ou militar deve convencer de sua infalibilidade e de sua iminência (CECEÑA, 2004:21).

Cox argumenta que os Estados dominantes criam e moldam a ordem mundial com base em seus interesses, graças às suas capacidades de coerção, bem como ao consentimento generalizado, inclusive entre aqueles que não se beneficiam (*apud* MENESES-SILVA, 2005:266).

Para que esse contexto seja modificado é preciso que a hegemonia seja contestada, dando início a uma luta contra a ordem prevalecente a partir de uma contra hegemonia (MENESES-SILVA, 2005:265). Todavia, as dificuldades de se construir uma contra hegemonia não decorre da força dos Estados Unidos, mas das debilidades dos outros Estados em se constituir como uma força alternativa, visto que a força relativa de cada ator decorre da correlação de forças (SADER, 2004:8).

Mas, se a luta contra a ordem prevalecente ocorrer no cerne da sociedade civil é preciso que os indivíduos tenham consciência do sistema de dominação para que possam se emancipar (MENESES-SILVA, 2005:265)

4. O programa Nuclear Iraniano

O Programa Nuclear iraniano entrou na agenda de segurança internacional no final do século XX e trouxe consigo um dilema: o Irã tem fins pacíficos ou não? Esse dilema foi levantado devido às discordâncias existentes quanto às intenções iranianas. A perspectiva em que os Estados Unidos são o principal representante, argumenta que a República Islâmica desenvolve o programa de enriquecimento de urânio para fins militares, caracterizando o domínio da tecnologia nuclear e de mísseis pelo Irã como uma ameaça à estabilidade mundial (MOTA, 2010).

Em resposta a essas acusações, o governo iraniano afirma desenvolver a tecnologia para fins civis, contudo, o urânio que era enriquecido em percentuais que variavam de 3 a 5 % destinados à geração de energia elétrica passou a ser enriquecido a 20%, o limite aceito como

sendo de uso civil², para ser usado em reator de pesquisas médicas (MACHADO DA SILVA, 2010). Embora esses percentuais sejam insuficientes para a fabricação de armas nucleares, a sabida elevação da capacidade de enriquecimento de urânio para além do limite necessário para fins civis levanta suspeitas, uma vez que se um Estado tem tecnologia para enriquecer a 20% pode alcançar com maior facilidade os 90%, valor necessário para a produção das armas nucleares (MACHADO DA SILVA, 2010).

Por conta dessas desconfianças, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), cujos membros permanentes são detentores da maior parte do arsenal militar nuclear, adotou a Resolução 1696 que solicitava que o Irã seguisse as determinações da AIEA a fim de comprovar a natureza pacífica de seu programa nuclear e reaver a confiança internacional. Estabeleceu-se ainda como exigência temporária que o Irã suspendesse o enriquecimento de urânio.

O governo iraniano descumpriu a resolução alegando não aceitar essa exigência. Diante disso, o CSNU passou a sancionar o Irã com vistas a retardar o progresso do programa nuclear. Os sucessivos descumprimentos das exigências feitas pelo CSNU fizeram com que se lançasse até então quatro rodadas de sanções as quais foram se tornando mais intensas à medida que o Irã continuava a avançar seu programa nuclear.

A Primeira Rodada ocorreu em 2006 a partir da Resolução 1737 que estabelecia um bloqueio ao Irã de exportações de material e equipamentos nucleares e o congelamento de ativos financeiros de pessoas ou organizações envolvidas nas atividades nucleares do país (CSNU, 2006).

Em 2007 a Resolução 1747 determinou a Segunda Rodada de sanções, proibindo exportações de armas ao Irã e o congelamento de ativos de mais 28 grupos, empresas e indivíduos que exerciam ou apoiavam atividades nucleares ou de desenvolvimento de mísseis balísticos. (CSNU, 2007).

A Resolução 1803, adotada em 2008, aprovou a Terceira Rodada de sanções a qual estabeleceu a proibição de viagens internacionais para cinco autoridades iranianas, o congelamento de ativos financeiros no exterior de 13 companhias e de 13 autoridades iranianas, além de vetar a venda para o Irã dos chamados itens de "uso duplo" - que podem ter tanto objetivos pacíficos como militares (CSNU, 2008).

²O urânio enriquecido até 20% é classificado como levemente enriquecido, acima disso já é considerado altamente enriquecido, ou seja, enriquecer além dos 20% significa ultrapassar os limites aceitos internacionalmente os quais foram determinados pelo Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, gerando preocupações quanto à segurança Internacional.

A Quarta Rodada foi instituída pela Resolução 1929 em 2010 a qual proibiu a venda de várias categorias de armamentos pesados ao Irã (como helicópteros de ataque, mísseis e navios de guerra), determinou o congelamento de ativos de 40 empresas iranianas, solicitou a criação de um regime de inspeção de cargas suspeitas de conter itens proibidos a caminho do Irã (CSNU, 2010).

Todavia, segundo Penna Filho (2012), as sanções estão atrapalhando a evolução do programa e, apesar das ações governamentais iranianas a fim de contorná-las, já são perceptíveis seus impactos sobre a economia do Irã, uma vez que o petróleo, principal produto da pauta exportadora do país, responsável por cerca de 80% das exportações, tem sofrido com restrições no mercado internacional. O governo iraniano tem tentado minimizar o impacto das mesmas sobre sua economia, entretanto, o custo de vida continua aumentando, o preço da gasolina, por exemplo, quadruplicou e a taxa de desemprego é crescente, passando dos 15% (PENNA FILHO, 2012).

Considerando o impasse quanto às intenções iranianas, é interessante ressaltar a mudança de posicionamento dos Estados Unidos frente ao programa de enriquecimento de urânio. Durante a administração de George W. Bush (2001 - 2009), esse valorizou o unilateralismo e a coercibilidade os quais não foram bem recebidos pelo sistema internacional (MATOS, 2010). Na administração de Barak Obama (na presidência desde 2009), em princípio, esse reforçou a multilateralidade e o diálogo em contraposição à política adotada pelo seu antecessor, todavia, passou a adotar um discurso mais duro, visto que os EUA não estavam conseguindo fazer com que o Irã cedesse em suas pretensões (MATOS, 2010).

As desconfianças em torno das pretensões iranianas desconsideram que este é signatário do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), o qual foi criado 1968 com o intuito de diminuir o arsenal dos Estados nuclearmente³ armados, até que fosse eliminado por completo (REIS DA SILVA, 2010). Ademais, o TNP também objetivava evitar que outros países usassem a tecnologia nuclear para a construção de armamentos (REIS DA SILVA, 2010).

Todavia, os ataques de 11 de setembro repercutiram sobre os esforços de não-proliferação e de desarmamento, aumentando, concomitantemente, as preocupações com a possibilidade de que armas nucleares ficassem sob o controle de grupos terroristas (AMORIM, 2005). Nesse contexto, observou-se que a redução dos arsenais nucleares ficou em segundo plano, enfatizando-se a não-proliferação (REIS DA SILVA, 2010). Diante disso, os países que

³ As potências nucleares oficiais são os membros permanentes do CSNU (EUA, Grã-Bretanha, França, China e Rússia) Além destas, há outros países com tecnologia nuclear para fins militares como a Índia, Paquistão, Coreia do Norte e Israel. Este, por sua vez, não assumiu diante da comunidade internacional a posse da tecnologia.

desenvolvem tecnologia nuclear, mesmo alegando fins pacíficos, passaram a ser constrangidos pelas potências nucleares (REIS DA SILVA, 2010).

Deste modo, é imperativo recordar que no TNP consta que qualquer Estado tem o legítimo direito de desenvolver e utilizar tecnologia nuclear desde que para fins pacíficos, permitindo, portanto, que o Irã enriqueça urânio até 20% para a produção de energia elétrica e em reatores de uso medicinal (MACHADO DA SILVA, 2010). Por este motivo, as sanções impostas podem ser consideradas ilegítimas visto que o Irã está fazendo uso de um direito.

Ademais, não se pode exigir que os 189 países signatários do TNP, que abdicaram das armas, prescindam dos usos pacíficos da energia nuclear, uma vez que se trata de um mercado de grande potencial econômico, considerando-se a indústria mundial de radiofármacos que já movimenta bilhões de dólares e o interesse, despertado desde o Protocolo de Quioto⁴, por fontes alternativas de energia (AMORIM, 2005). Ainda mais quando os próprios membros permanentes do CSNU não tem diminuído o arsenal, descumprindo com um dos objetivos do TNP.

Por conta disso, o governo brasileiro defende que a proliferação de armas nucleares deve ser combatida tanto em seu aspecto horizontal (quando um Estado tem acesso a ganhos tecnológicos na área, graças à atuação de Estados que já a possuem) como vertical (quando um Estado desenvolve a tecnologia por si só) (AMORIM, 2005).

Apesar de o governo iraniano ser signatário do TNP e alegar ter apenas fins civis, este tem dificultado a inspeção de suas instalações nucleares pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) dando, deste modo, margem a desconfianças (MACHADO DA SILVA, 2010). A AIEA é um órgão da ONU responsável pela supervisão de programas nucleares, pela regulamentação do uso da tecnologia nuclear e pela inibição diplomática de países que não respeitem suas exigências, atuando no âmbito do TNP (MOTA, 2010).

Contudo, o Irã o fez por considerar que as inspeções estavam indo além dos limites aceitáveis (REIS DA SILVA, 2010). O Brasil também passou a reclamar que as inspeções da AIEA estavam cada vez mais intrusivas, beirando à espionagem industrial, tanto que em 2004 fez restrições às mesmas realizadas no Rio de Janeiro (REIS DA SILVA, 2010). Além disso, até mesmo os EUA fizeram inúmeras restrições, alegando questão de segurança nacional, mas, salienta-se que esse país foi o único a ter usado bombas nucleares, arrasando Hiroshima e Nagasaki (REIS DA SILVA, 2010).

Outrossim, em 2011, a Rússia, os EUA e o Reino Unido realizaram testes envolvendo o lançamento de mísseis. Em março, os EUA lançaram um SLBM Trident II D-5 (míssil balístico intercontinental capaz de transportar várias ogivas nucleares); em novembro,

⁴Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas.

o Reino Unido lançou a partir de um de seus submarinos nucleares de ataque o HMS Astute, um míssil de cruzeiro Tomahawk (VALLE MACHADO DA SILVA, 2012). Em dezembro, a Rússia lançou através do Submarino SLBM do tipo Bulava (capaz de transportar várias ogivas nucleares com um alcance superior a 8.000 km) dois mísseis balísticos intercontinentais (VALLE MACHADO DA SILVA, 2012).

Tendo todos esses acontecimentos em mente, questiona-se o porquê de o Brasil e os EUA terem o direito de proteger partes de seu programa e o Irã ao fazer o mesmo tem sido visto com desconfiança. Onde fica a soberania iraniana que, embora reconhecida pelo TNP, não tem sido respeitada? Como é formada a percepção de que alguns Estados são ou não confiáveis para desenvolver a tecnologia? Ademais, por que alguns eventos como o lançamento desses mísseis não são divulgados?

Com o Brasil não é diferente, mas esse não sofre com pressões nas mesmas proporções que o Irã tem sofrido. Isto é compreensível uma vez que esse possui um compromisso com o uso pacífico da tecnologia, evidenciado na Constituição de 1988; com a assinatura do Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares, também conhecido como Tlateloco, cujo objetivo era tornar a América Latina e Caribe uma zona livre de armas nucleares; e com a adesão em 1998 ao TNP (AMORIM, 2005).

Mas e quanto aos Estados nuclearmente armados, os quais assumiram um compromisso de redução e posteriormente eliminação de suas armas nucleares, e, contudo, prosseguem realizando testes dando margem a uma corrida armamentista e ao desrespeito ao TNP?

O tratamento dado ao Irã como se se desconsiderasse o fato de esse ser signatário do TNP, que, assim como as outras partes, assumiu um compromisso com o uso pacífico da tecnologia; a imposição de sanções com o intuito de impedir que esse desenvolva seu programa nuclear alegadamente pacífico; e a pressão internacional instigada pelos membros permanentes do CSNU para que o Irã permita em todas as medidas as inspeções pela AIEA trazem consigo questionamentos sobre a soberania.

Portanto, tendo como base a situação do Irã com relação ao seu programa nuclear, pode-se concluir que a soberania iraniana é desrespeitada, uma vez que a decisão soberana daquele de desenvolver a tecnologia para fins pacíficos como alegado é desrespeitada, isto é, o Irã sofre com a interferência de atores externos em questões domésticas, como o direito de desenvolver seu programa nuclear. Ademais, sofre com sanções que tem gerado fortes impactos em sua economia, além da exigência de que esse permita a realização de inspeções por parte da AIEA, as quais têm ultrapassado os limites considerados imprescindíveis devido à necessidade de proteger os avanços tecnológicos obtidos.

Para responder aos dois últimos questionamentos é preciso ter em mente o papel da mídia. Essa pode ser usada como um meio destinado à produção de opiniões e conseqüentemente à fabricação de consenso pelas elites baseadas em seus interesses (MATTELART e MATTELART, 2010:82). Assim, as elites, representadas por seu país, motivadas por seus interesses⁵, transmitem seus discursos através da mídia, formando a percepção de quais Estados são confiáveis ou não para desenvolver a tecnologia nuclear.

Ainda para Mattelart e Mattelart (2010:82), a mídia também auxilia na manutenção do apoio da opinião pública, visto que se essa internalizar o discurso divulgado por aquela as elites terão seus interesses legitimados. Além disso, como defendido por Orlandi (2005:82 - 85), a linguagem serve para comunicar e não comunicar, onde o dizer tem relação com o não dizer. Isto é, as elites escolhem o que deve ser divulgado ou não de modo a atingir seus objetivos. Tendo isso em vista, pode-se compreender porque determinados eventos como o lançamento de mísseis por membros permanentes do CSNU, que são partes do TNP não são divulgados, considerando que esses Estados não desejam abrir precedentes a outros.

Na tentativa de resolver o impasse, a AIEA propôs ao Irã um processo em duas etapas, primeiro a República Islâmica enviaria para a Rússia 1,200 quilos de seu urânio enriquecido a 3,5% em troca de 120 quilos de urânio enriquecido a 20%, depois esse iria para a França onde seria transformado em combustível para o reator de pesquisas médicas; deste modo, o Irã teria acesso ao urânio enriquecido para fins civis sem, contudo, ter urânio enriquecido o suficiente para a produção de armas nucleares, cessando o impasse (MOTA, 2010).

O governo iraniano não aceitou a proposta da AIEA por questionar a ausência de simultaneidade no processo de enriquecimento de urânio, dado que o Irã ficaria com mais ou menos 70% de suas reservas de urânio no exterior por quase um ano, passando a exigir que o mesmo fosse enviado em remessas espaçadas (RODRIGUES, 2009). O Irã também queria garantias de que suas reservas retornariam, chegando a manifestar a vontade de criação de um organismo internacional independente para tratar do assunto (MOTA, 2010).

Devido à impossibilidade de concordância entre o Irã e os EUA juntamente com seus aliados, o Brasil intermediou nova opção, sendo esta similar à proposta da AIEA. O Irã enviaria 1200 quilos de urânio para a Turquia, a qual estocaria o material enquanto a França e a Rússia o enriqueceriam em 20% (REIS DA SILVA, 2010).

Com essa iniciativa, o governo brasileiro tentava evitar o nascimento de um ciclo vicioso em que suspeitas de um país ou do CSNU – pouco representativo e baseado em uma

⁵ A questão dos interesses das elites envolvidas no programa nuclear será discutida no próximo capítulo.

ordem internacional defasada – tornassem-se embargos carregados de pretensões de modo a impedir que outros países desenvolvessem a tecnologia (MOTA, 2010).

A República Islâmica demonstrou disposição em negociar a fim de diminuir a pressão internacional que vinha sofrendo devido às desconfianças acerca de suas pretensões (OMAG, 2010). Apesar disso, e de a proposta turco-brasileira ser similar, garantindo a não produção de armas nucleares, essa foi recebida de diferentes formas: os EUA não apoiaram, outros, contudo, mostraram-se favoráveis, como a China; já a França e a Rússia viram a iniciativa de modo positivo, mas não demonstraram apoio explicitamente (OMAG, 2010).

Ao observar o impasse diante das pretensões iranianas não se pode imaginar que os Estados Unidos foram um dos responsáveis pela criação do programa nuclear do Irã. Esse nasceu em 1950 por meio do programa Átomos para a Paz que consistia na utilização da tecnologia nuclear para fins pacíficos (CORDESMAN e AL-RODHAN, 2006:58).

5. O nascimento do Programa Nuclear Iraniano

O Programa nuclear iraniano nasceu em 1957, a partir de um acordo nuclear civil assinado entre os EUA e o país, que previa a assistência técnica, o arrendamento de vários quilos de urânio enriquecido e cooperação em pesquisa sobre os usos pacíficos da energia nuclear (CORDESMAN e AL-RODHAN, 2006:58). Além disso, o programa nuclear iraniano pode ser entendido como um produto da Guerra Fria, considerando o estreitamento da relação com os EUA durante o início da disputa bipolar (CORDESMAN e AL-RODHAN, 2006:58).

Em 1976, a OEAI assina acordo com Kraftwerk Union (subsidiária da Siemens) para a construção da central nuclear de Bushehr a um custo de 7,8 bilhões de marcos alemães, dos quais 5,8 bilhões o Irã já havia pagado (CORDESMAN e AL-RODHAN, 2006:61). Contudo, em 1979, o mesmo ano da Revolução Islâmica Iraniana, a empresa Kraftwerk cessou o programa por pressão dos EUA, sob o argumento do não pagamento de uma parte do projeto (450 milhões de dólares), deixando dois reatores incompletos, faltando 50% em um e 10% em outro (CORDESMAN e AL-RODHAN, 2006:63). Quando isso aconteceu, o Irã já havia gasto 2,5 bilhões de dólares com o programa nuclear (CORDESMAN e AL-RODHAN, 2006:63).

Apesar de o argumento para tal interrupção ter sido a parcela ainda não paga, será que houve outras motivações para que os EUA, um dos responsáveis pelo programa, pressionassem a empresa alemã? Para responder a esse questionamento é necessário conhecer, ainda que parcialmente, o processo histórico iraniano, o qual também é relevante para o entendimento do impasse.

Em 1903, foram descobertos lençóis de petróleo na Pérsia (mudou de nome para Irã em 1935), chamando atenção das potências e, por conta disso, em 1907, ainda que essa fosse

soberana, seu território foi dividido em zonas de influência (PECEQUILO, 2009). Ao norte do Irã, a Rússia exercia sua influência, dado o interesse dessa em ampliar seus domínios na Ásia Central, e ao sul ficava a zona de influência britânica, a qual queria controlar a exploração do petróleo asiático (PECEQUILO, 2009). Nesse período, a Pérsia era governada pelo Xá Qadjar que deu início à política de concessões para as grandes companhias estrangeiras, principalmente da Grã-Bretanha e dos EUA (SCHILLING, 2002).

Em 1914, teve início a Primeira Guerra Mundial, dividindo os envolvidos entre a Tríplice Entente (Império Britânico, França e Império Russo) e a Tríplice Aliança (Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Império Turco-Otomano), as quais disputavam pelos recursos naturais iranianos (SCHILLING, 2002).

Em 1917, a Rússia acabou perdendo o controle sobre a região por conta do processo revolucionário que estava acontecendo em seu país – Revolução Socialista (PECEQUILO, 2009). Os britânicos, para impedir o avanço dos ideais socialistas, enviaram tropas para o norte da Pérsia e ao término da Primeira Guerra Mundial já tinham o controle total sobre o país como um todo e principalmente sobre as reservas de petróleo iranianas (PECEQUILO, 2009). Apesar da perda do controle sobre a Pérsia, o domínio russo, agora como União Soviética, reforçou-se posteriormente no Cáucaso e na Ásia Central (PECEQUILO, 2009).

Após a Primeira Guerra Mundial, com o fim do Império Otomano, a Grã-Bretanha e a França dividiram o Oriente Médio de acordo com seus interesses; no caso do Irã, as forças britânicas o ocuparam ao norte a fim de alcançar o armistício com os turcos (OLIVEIRA e BRUNETTO, 2009:72). Nesse período, a dinastia Qadjar já estava esgotada e, aproveitando-se da situação, Reza Khan a derrubou a partir de um golpe militar em 1921, rasgando a Constituição de 1906 e reduzindo a influência do clero (OLIVEIRA e BRUNETTO, 2009:72).

Em 1925, já como Xá, Reza Khan deu início à dinastia da família Pahlevi. Aquele foi o responsável pelo impulso de modernização que o Irã viveu na década de 1930. Entretanto, seu governo ficou caracterizado pela subordinação e falta de autonomia nas relações frente ao ocidente, inserindo no Irã a ocidentalização e a secularização⁶ (PECEQUILO, 2009). Por conta disso, foi se desenvolvendo no Irã uma oposição nacionalista ampla, cuja composição englobava setores da burguesia urbana, da pequena burguesia e do clero (OLIVEIRA e BRUNETTO, 2009:72).

⁶ Entende-se por ocidentalização o processo em que a cultura ocidental influencia em diversos aspectos de uma cultura não-ocidental como na lei, na política, no estilo de vida, na religião; em que se observa, concomitantemente, perdas na cultura local originária. Quanto ao processo de secularização entende-se, de modo simplista, como o processo de afastamento da religião, a qual perde sua influência sobre várias esferas da vida social. Esses dois processos geraram descontentamento em grande parcela da sociedade iraniana, fortalecendo o sentimento de nacionalismo.

Conforme Pecequilo (2009), apesar de o Xá ter, no geral, um bom relacionamento com as potências da época, a situação política iraniana foi agravada pela Segunda Guerra Mundial visto que o Irã sofreu uma ocupação pelas tropas britânicas e soviéticas. Isso ocorreu por que a Grã-Bretanha e a URSS observaram uma simpatia pelo regime nazista por parte do Irã e pela tentativa de o exército alemão avançar pela região, além dos interesses em proteger os campos petrolíferos (PECEQUILO, 2009).

Diante disso, o relacionamento entre esses ficou abalado e a oposição ao Xá Reza Khan cresceu, abdicando, em 1941, o trono em detrimento de seu filho Mohammad Reza Pahlevi o qual se manteve aliado ao ocidente que permaneceu usufruindo os recursos naturais iranianos (PECEQUILO, 2009).

Durante o período descrito, os EUA não se interessavam pela região que era responsável pela produção de apenas 5% do petróleo mundial, enquanto aqueles eram responsáveis por 63%; ademais, consideravam-na área de influência britânica (FUSER, 2005:95). Contudo, na década de 1940, as autoridades estadunidenses passaram a dar mais importância ao Oriente Médio devido às suas enormes reservas de petróleo, avaliando como necessário garantir acesso a essas reservas (FUSER, 2005:95). Isso fez com que os EUA tivessem maior envolvimento na região, além do anseio de impedir que a URSS se apoderasse daquelas reservas (FUSER, 2005:95).

Segundo Pecequilo (2009), desde a mudança no trono, o Irã passou por uma fase de estabilidade no que diz respeito à sua relação com as potências daquele período. Contudo, em 1946, a estabilidade cessou em virtude das disputas da Guerra Fria; essas alcançaram o Irã quando a União Soviética apoiou o Partido Tudeh (Partido das Massas do Irã), o qual era comunista e fazia oposição ao Xá (PECEQUILO, 2009). Tudeh era urbano e moderno, mas, além desse partido como oposição ao regime de Mohammad Reza Pahlevi, havia os mulás os quais eram líderes religiosos das mesquitas islâmicas que detinham o apoio das massas rurais e defendiam uma agenda política mais conservadora (PECEQUILO, 2009).

Segundo Fuser (2005:101), por conta do receio de que a influência soviética se expandisse pela região, os EUA pressionaram a Grã-Bretanha a aderir à Lei do Petróleo⁷ em que as empresas petrolíferas teriam que dividir seus ganhos em 50% com o país hospedeiro. Enquanto os britânicos resistiam em ceder, o nacionalismo no Irã ia se fortalecendo, gerando instabilidade (FUSER, 2005:104).

⁷ A Lei do Petróleo foi criada em 1948 pela Venezuela a fim de obter uma partilha dos lucros mais justa entre o país hospedeiro e as empresas estrangeiras que lá exploravam petróleo. A vontade de ter uma partilha dos lucros na base dos 50% se espalhou entre os países do Oriente Médio.

Os britânicos concordaram com a divisão meio a meio, podendo, juntamente com os EUA, manter o controle sobre a região (FUSER, 2005:104). Contudo, a cessão aconteceu tarde demais, visto que a política pró-ocidente e o poder que as empresas multinacionais adquiriram no Irã fizeram com que um forte movimento nacionalista fosse iniciado (OLIVEIRA e BRUNETTO, 2009:72).

Em 1951, Mohammed Mossadegh foi nomeado primeiro ministro, lançando um conjunto de reformas democratizantes em diversos setores como agricultura e educação, e, por ser contrário à exploração do petróleo e ansiar a volta de seu controle pelo Irã, nacionalizou as reservas e instalações petrolíferas, além de ter criado a Companhia Nacional Iraniana de Petróleo – NIOC (PECEQUILO, 2009).

Por conta disso, a Grã-Bretanha que, até então, dominava o setor petrolífero impôs um bloqueio econômico ao Irã com o intuito de retomar o controle sobre o mesmo (PECEQUILO, 2009). Os EUA apoiaram o bloqueio por não ter o interesse em romper a aliança com os britânicos e, sobretudo, por temer que as atitudes de Mossadegh pudessem ameaçar de alguma forma as concessões petrolíferas dos EUA em outros países do Oriente Médio (FUSER, 2005:105). Aproveitando-se do bloqueio, a URSS tentou ampliar sua influência sobre a região comprando o petróleo iraniano (PECEQUILO, 2009).

Não obstante às tentativas de reestabelecer sua influência, os britânicos perderam espaço na região e os EUA avançaram a fim de evitar que a URSS se fortalecesse devido aos confrontos da Guerra Fria, além de querer manter seu acesso às reservas de petróleo, dado que esse já havia se tornado a principal fonte energética (OLIVEIRA e BRUNETTO, 2009:72).

Tendo isso em vista, o MI6 e a CIA (agências de serviços secretos britânica e estadunidense respectivamente) arquitetaram um golpe de Estado, conhecido por Operação Ajax Compartilhada, que depôs o nacionalista Mossadegh e devolveu o poder ao Xá Mohammad Reza Pahlevi o qual adotou um regime ainda mais repressivo (PECEQUILO, 2009).

Em 1963, ocorreu outra crise que ficou conhecida como Revolução Branca. Essa foi uma tentativa de modernização do país por parte de Mohammad Reza Pahlevi, a qual foi acompanhada dos processos de secularização e de ocidentalização (PECEQUILO, 2009). Esses processos geraram inúmeros protestos, os quais tiveram como estopim a decisão do governo iraniano de conceder aos militares estadunidenses a “extraterritorialidade” jurídica, um estatuto que os tornava imunes às leis do país (FUSER, 2005:170).

Os protestos foram liderados pelo aiatolá Ruhollah Khomeini que além de ser contrário à imposição do ocidentalismo, tentava recuperar os valores religiosos e tradicionais

do islamismo (PECEQUILO, 2009). Por conta disso, Khomeini foi preso e exilado de 1965 a 1978, passando pela Turquia, Iraque e França (PECEQUILO, 2009).

Em 1973, a situação de descontentamento de setores da população iraniana se agravou ainda mais por conta da primeira crise do petróleo que teve como propulsores a guerra do Yom Kippur, entre os Estados Árabes e Israel, e a recessão das economias desenvolvidas (PECEQUILO, 2009).

Em 1979, o aiatolá retornou da França. Isso foi tido como um incentivo a mais para a oposição que vinha protestando contra o governo autoritário do monarca Reza Pahlevi (OLIVEIRA e BRUNETTO, 2009:69). Esse cenário de protestos e indignação deu início à Revolução Islâmica, a qual levou o Xá a ser deposto e o aiatolá Khomeini a se tornar chefe religioso e governante do Irã, agora uma república islâmica (OLIVEIRA e BRUNETTO, 2009:69). Em virtude da revolução, o Irã interrompeu o fornecimento de petróleo, causando a Segunda Crise do Petróleo (FUSER, 2005:173).

No decorrer da década de 1980, os iranianos tentaram difundir os valores religiosos e assumiram uma perspectiva contrária ao pensamento ocidental, decretando o rompimento das relações com os EUA, acusando-os de imperialistas (PECEQUILO, 2009). Além disso, o processo revolucionário – inicialmente guiado por anseios democráticos e por melhores condições de vida – resultou em um Estado Teocrático, que, durante a Guerra Fria se posicionou como opositor dos Estados Unidos e da União Soviética, por ser fundamentado nas doutrinas religiosas do islamismo, buscando uma inserção internacional mais autônoma e mais baseada em seus interesses (CHEREM, 2006:147).

Portanto, a motivação estadunidense para exercer pressão sobre a empresa alemã reside no fato de que estes passaram a não ter mais seus interesses atendidos por conta da decisão iraniana de não se submeter ao imperialismo das grandes potências. A partir desse momento, o Irã vem perseguindo uma inserção regional e internacional mais autônoma, baseada em seus interesses, além de vir passando por um processo de “vilanização”.

6. Possíveis interesses e ganhos

O posicionamento das potências, principalmente dos Estados Unidos, diante do programa nuclear iraniano sofreu uma inflexão quando aquelas deixaram de ter seus interesses atendidos. Verificar o processo histórico em torno do programa permite inferir que os interesses influenciam na atuação de cada Estado e que o discurso proferido em nome desses por seus representantes, através da mídia, auxilia no alcance dos mesmos.

Além das evidências históricas já explicitadas que sugerem que os Estados são guiados pelos interesses, há diversas questões mais contemporâneas acerca do impasse do programa nuclear que ajudam a concluir que esses interesses estão subjacentes ao discurso, ou seja, muitas vezes o discurso esconde pretensões e pode auxiliar no alcance das mesmas.

Entretanto, intensificando a inflexão na forma de agir por parte das potências da época para um posicionamento contrário ao programa nuclear, observou-se que, devido ao forte caráter nacionalista, o Irã também modificou sua atuação em prol do Islamismo e contrária ao ocidentalismo, utilizando-se de uma retórica muitas vezes radical.

A mudança iraniana se deve às inúmeras ingerências pelas quais o país passou. Estas iam desde a exploração de seus recursos naturais até intervenções militares, como as realizadas pela Grã-Bretanha e a URSS. Desde então, o Irã vem perseguindo uma inserção regional e internacional mais autônoma, baseada em seus interesses, passando por um processo de “vilanização”.

Segundo Oliveira e Brunetto (2009), “vilanização” é o processo de produção de um vilão que começa com a difamação e a adoção de sanções. A mídia desempenha um papel relevante nesse processo, sendo usada como meio para produção de opiniões e criação de consenso baseados nos interesses da classe dominante, sendo fundamental na manutenção do apoio da sociedade civil (GRAMSCI *apud* MIRANDA, 2011:3).

O processo de “vilanização” ocorre através da manipulação do discurso e da mídia, promovendo um estereótipo que, à medida que a população o internaliza, cria legitimidade para a ação desses grupos [em Gramsci seriam as classes dominantes] (FERREIRA, 2010). Portanto, as práticas de manipulação do discurso e da mídia, as quais são feitas pela classe dominante estão ligadas à persecução dos interesses e servem para alcançar o apoio da classe dominada e controlá-la.

Tendo como base o caso iraniano e aplicando Ferreira às relações internacionais, o processo de “vilanização” ocorre quando representantes de um Estado, por meio da manipulação do discurso por aqueles proferido em nome desses, promovem um estereótipo através da mídia que, à medida que a população mundial o internaliza, cria legitimidade para a ação desses Estados. Lembrando que o posicionamento de um Estado é reflexo dos interesses de sua classe dominante.

Ceceña (2004:27 - 29) vai além, defendendo que a estratégia de dominação estadunidense possui um espectro completo, ocorrendo em três campos: na superioridade tecnológica, com foco na espera militar; no reordenamento territorial, o qual é fruto de uma

construção social complexa que incorpora componentes físicos, históricos e culturais; e na universalização de normas reprodutoras das relações de poder, através de Organizações Internacionais, tratados, entre outros.

Contribuindo para fortalecer essa imagem de vilão e aumentar a tensão acerca do impasse, o ex-presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, no governo desde agosto de 2005 até agosto de 2013, fazia pronunciamentos radicais que geravam inúmeras críticas ao país. Exemplo disso, foram os vários discursos contestando o Holocausto e os ataques de 11 de Setembro, além de sugerir o desaparecimento de Israel.

A metodologia usada no processo de “vilanização” do Iraque é semelhante à empregada sobre o Irã desde a segunda metade do século XX, quando esse deixou de atender aos interesses das potências ocidentais (MOTA, 2010). Ferreira (2010) sustenta que a motivação estadunidense para tal atuação se deve ao valor geoestratégico que o Iraque possui, às reservas de petróleo desse o qual ocupa o quinto lugar com 141,35 bilhões de barris e as reservas de gás natural, ocupando o 11º lugar com 111,52 trilhões de cm³ de gás natural (ver Tabelas 2 e 3) e para manter tropas estadunidenses na região.

Tabela 2 – Ranking das 10 Maiores Reservas Comprovadas de Petróleo (bilhões de barris) – 2012

Ranking das 10 Maiores Reservas Comprovadas de Petróleo (bilhões de barris) - 2013		
1º	Venezuela	297,57
2º	Arábia Saudita	267,91
3º	Canadá	173,10519
4º	Irã	154,58
5º	Iraque	141,35
6º	Kuwait	104
7º	Emirados Árabes Unidos	97,8
8º	Rússia	80
9º	Libia	48,01
10º	Nigéria	37,2
12º	China	25,58468
14º	Brasil	13,1542
29º	Reino Unido	3,12228
69º	France	0,08518
-	Estados Unidos	não disponível

Fonte: (U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2013)

A tabela 2 exibe o ranking das 10 maiores reservas comprovadas de petróleo no mundo. Observa-se que o Irã e o Iraque possuem grandes reservas petrolíferas, estando entre as 5 maiores reservas comprovadas do mundo. Verifica-se que o Reino Unido e a França estão bem abaixo no ranking, possuindo pequenas reservas. A China e a Rússia estão melhores colocadas. Já as informações quanto as reservas estadunidenses não estão disponíveis.

Tabela 3 - Ranking das 10 Maiores Reservas Comprovadas de Gás Natural (Trilhões de cm³) – 2012

Ranking das 10 Maiores Reservas Comprovadas de Gás Natural (Trilhões de cm³) - 2013		
1º	Rússia	1688
2º	Irã	1187
3º	Qatar	890
4º	Arábia Saudita	287,84
5º	Turcomenistão	265
6º	Emirados Árabes Unidos	215,025
7º	Venezuela	195,1
8º	Nigéria	182
9º	Argélia	159,05
10º	China	124,2
11º	Iraque	111,52
31º	Brasil	13,967
41º	Reino Unido	8,687
76º	França	0,378
-	Estados Unidos	não disponível

Fonte: (U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2013)

A tabela 3 mostra o ranking das 10 maiores reservas comprovadas de gás natural do mundo, verificando-se que o Irã possui a segunda maior reserva, estando atrás apenas da Rússia. A China encontra-se na 10ª posição. Novamente, observa-se que o Reino Unido e a França possuem pequenas reservas. As informações acerca das reservas estadunidenses não estão disponíveis.

As tabelas 2 e 3 permitem verificar a importância geoestratégica do Iraque e principalmente do Irã no Oriente Médio e no mundo, dado que o petróleo é a principal fonte energética existente.

Kenneth Waltz (2012) defende que há medos infundados acerca do programa nuclear iraniano. Isso ajuda a compreender a hipótese levantada de que são os interesses que movem os Estados os quais fazem uso de diversos mecanismos para alcançá-los.

O primeiro medo infundado é o de que o regime iraniano seria irracional ao ponto de obter armas nucleares para atacar outras nações – os tomadores de decisão são sábios e buscam sua preservação assim como qualquer outro líder, não demonstrando qualquer propensão para a autodestruição já que sofreriam uma retaliação massiva, objetivando, portanto, alcançar sua segurança e não simplesmente aumentar sua capacidade ofensiva (WALTZ, 2012).

O segundo temor seria de que ao obter as armas nucleares o Irã ficaria mais agressivo e que poderia dar aos terroristas acesso a essas – temor infundado visto que quando Estados as adquirem ficam preocupados em se tornarem alvos de países mais poderosos, desencorajando-os a ter atitudes agressivas; transferi-las a terrorista aumentaria o risco de ser descoberto já que não é possível prever seus comportamentos e nem controlá-los; ademais, não faz sentido acreditar que algo de custo tão alto e tão perigoso seria confiado a partes que não podem ser controladas (WALTZ, 2012).

O outro temor levantado por Waltz (2012) é de que a obtenção da arma pelo Irã desencadearia uma corrida armamentista no Oriente Médio; considerado infundado por que isso não ocorreu quando Israel obteve a tecnologia em 1960, e nem desencadeou uma proliferação pela região. Ademais, é importante ressaltar que Israel não admite ser detentor da arma nuclear, não é Estado-parte do TNP, não se submete a nenhum tipo de monitoramento pelos demais Estados e nem por isso é visto como ameaça ou sofre sanções.

Esses temores defendidos e difundidos pelos Estados que desconfiam das reais intenções iranianas, os quais são considerados infundados por Waltz, podem ter sido levantados para dar continuidade ao processo de “vilanização” do Irã, legitimando as ingerências⁸ e facilitando o alcance dos interesses por esses países. Rememorando que a mídia tem um papel fundamental no processo de “vilanização”, uma vez que esta serve de instrumento para que os Estados difundam seus discursos, os quais encobrem seus interesses.

⁸ Ingerência ocorre quando um Estado ou grupo destes interferem nos assuntos internos ou externos de outro Estado, atingindo sua jurisdição doméstica sem o seu consentimento para impor suas vontades, tendo como finalidade um interesse nacional (MELLO, 2000).

Diante disso, questiona-se o que torna o Irã tão atraente a ponto de ser estereotipado como vilão e ser alvo do imperialismo das grandes potências? Existem diversas motivações possíveis, as quais variam de acordo com as pretensões de cada Estado envolvido no impasse.

O Irã possui inúmeros atrativos que despertam o interesse de outros Estados em virtude de sua produção petrolífera e de sua posição geopolítica que o torna capaz de influenciar outros países, podendo ser um elemento chave para controlar ou pacificar a região (REIS DA SILVA, 2010).

Além disso, o Irã ocupa uma posição geoestratégica importante na Ásia Central uma vez que representa uma boa opção em termos de escoamento do petróleo e do gás produzido nessa região (VIZENTINE, 2002). Essa condição iraniana desperta o interesse de vários países como é o caso dos EUA.

O Irã ainda ameaçou fechar o Estreito de Ormuz, apesar de existirem questionamentos acerca de sua capacidade, a fim de causar danos à economia mundial visto que esse é uma rota estratégica no escoamento de petróleo de importantes produtores do Oriente Médio (PENA FILHO, 2012). Fechar o estreito seria danoso já que 40% do petróleo comercializado no mundo transitam por ele, além de ser a entrada e a saída do Golfo Pérsico, onde se encontra a IV frota militar naval estadunidense (CAMPOS, 2012).

Ademais, o Irã é considerado fundamental em questões como a proliferação nuclear e o terrorismo, pois caso venha a obter a arma teria a sua importância aumentada no Oriente Médio, o que seria desvantajoso para os EUA. Isso porque não querem que a região, tão rica em reservas petrolíferas, fique sob a influência da República Islâmica, dado que essa se configuraria como um forte contraponto ao poder estadunidense.

Outra questão que coloca em xeque o discurso estadunidense e que gera especulações é o fato que esses rejeitaram a opção turco-brasileira mesmo sendo idêntica à proposta inicial feita pela AIEA e servindo ao propósito de impedir que o Irã tivesse combustível suficiente para a produção de arma nuclear sem, contudo, impedi-lo de desenvolver o programa para fins civis. Se houvesse vontade política por parte dos EUA essa iniciativa daria um novo espaço para as negociações e a aplicação de sanções seria desnecessária.

No que diz respeito ao discurso do Irã, terá esse fins pacíficos? Pode-se considerá-lo uma ameaça à segurança internacional? Como já mencionado, a República Islâmica argumenta ter fins civis, desenvolvendo a tecnologia apenas para ser usada na produção de

energia elétrica e em pesquisas médicas, além de ser parte do TNP. Contudo, essa pode ter motivações para querer alcançar a tecnologia com fins militares.

O Irã está em uma zona instável e cercado por Estados hostis, a começar por Israel que além de possuir ogivas não faz parte do TNP, não se submetendo a qualquer monitoramento internacional. Apesar disso, Israel não é considerado uma ameaça para o sistema internacional, não tem sofrido com a aplicação de sanções ou passa por um processo de “vilanização”.

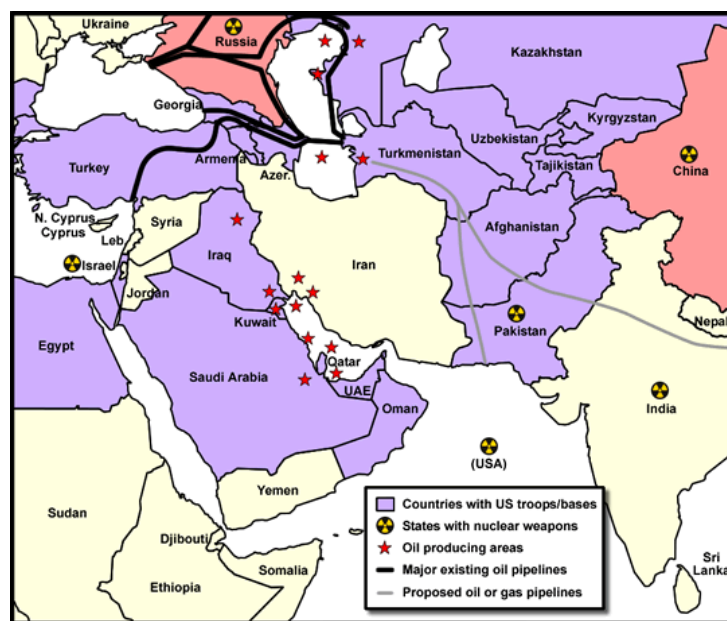
Mesmo considerando todos esses aspectos, os Estados Unidos tem em Israel um aliado, não o pressionando para ter uma mudança de posicionamento, assumindo ter as armas nucleares e se tornando um Estado-membro do TNP. Observa-se ainda que aqueles não difundem um discurso que gere desconfianças acerca das pretensões israelenses ou que o faça ser considerado um Estado subversivo.

De acordo com Vizentini (2002), além de Israel, o Irã tem como países vizinhos Estados que considera hostis como Azerbaijão, Turcomenistão, Paquistão (também armado nuclearmente), Afeganistão e Iraque, sendo que esses dois últimos estão ocupados pelos EUA, o oponente mais poderoso, detentor de armas nucleares e os únicos a as terem usado.

De acordo com Hasan (2011), o Turcomenistão atua desde 2002 como uma base de abastecimento para os planos de transportes militares dos EUA. No Golfo Pérsico se verifica um agrupamento de Estados clientes dos EUA em que se observa a Quinta Frota no Bahrein e no Catar um quartel geral do Comando Central dos EUA.

Além disso, os Estados Unidos estão constantemente ampliando seu poder no Oriente Médio a partir de seus aliados ou encontrando algum modo de se inserir nos Estados que não o são, como aconteceu com o Iraque, com Afeganistão, e pode vir a acontecer com o Irã. Tanto que ao observar a figura 01 é possível verificar o cerco que os EUA fizeram em torno do Irã, em que os países em cor lilás possuem tropas ou bases militares estadunidenses.

Figura 1 – Irã e o cerco de seus Estados vizinhos



Fonte – (GLOBAL RESEARCH, 2010)

Diante disso, observa-se que o Irã está geograficamente cercado, pois os EUA juntamente com o cerco dos vizinhos iranianos considerados hostis à segurança desse representam um isolamento físico quase que total, além de politicamente isolado, tendo seu espaço para exercer sua autonomia limitado.

Esses fatores são grandes motivações para que o Irã adquira as armas nucleares a fim de se proteger e recuperar sua autonomia e, enquanto não as alcança, vem maquiando o seu discurso com o altruísmo de ter apenas fins civis e buscando parceiros que o ajude na construção de uma boa imagem no sistema internacional, como ocorreu com a aproximação com o Brasil.

Todas essas questões permitem comprovar a hipótese levantada de que os interesses movem os Estados, os quais maquiagem suas pretensões através da manipulação do discurso e do controle das mídias. Portanto, os interesses particulares dos Estados, nem sempre aparentes, norteiam seus posicionamentos acerca do programa nuclear do Irã. Deste modo, os interesses de cada país são fundamentais para se compreender a percepção que se tem do Irã.

Conclusão

O presente trabalho procurou responder se existem pretensões subjacentes ao discurso a partir de uma análise do programa nuclear iraniano, buscando descobrir se ele seria de fato uma ameaça à sociedade internacional ou se esse objetiva garantir sua segurança. Deste modo, foi exposto o impasse acerca das pretensões do programa nuclear iraniano em que de um lado está a vertente que, tendo os EUA à frente, afirma que o Irã possui fins militares; por outro lado, há países que acreditam que o Irã tem fins pacíficos e defendem seu direito a desenvolver a tecnologia.

A hipótese levantada foi de que muitas vezes os representantes dos Estados, em nome de uma classe dominante, fazem uso do discurso para legitimar suas ações a fim de alcançar interesses diversos do que foi explicitado.

A fim de comprovar essa hipótese, a pesquisa identificou os possíveis interesses dos Estados Unidos e do Irã, evidenciando os prováveis ganhos caso tivessem seus respectivos discursos internalizados. À luz do conceito de hegemonia gramsciana, o trabalho demonstrou ainda que os Estados podem ser um instrumento da classe dominante para que essa tenha seus interesses atendidos, evidenciando a importância do discurso e da mídia no processo de dominação e promoção do consenso.

Além disso, demonstrou-se que a estratégia de dominação dos EUA, classificada por Ceceña como estratégia de espectro completo, abrange desde a superioridade tecnológica, passa pelo reordenamento territorial e vai até a universalização de normas reprodutoras das relações de poder.

Ademais, analisou-se parte do processo histórico iraniano, o qual mostrou que os EUA foram um dos responsáveis pelo programa nuclear iraniano, além de destacar suas mudanças de posicionamento acerca do Irã quando não tiveram mais seus interesses atendidos.

A pesquisa demonstrou que o Irã possui inúmeros atrativos que despertam o interesse de vários países como suas reservas de petróleo e gás natural. Verificou-se a existência de possíveis motivações para que os EUA se envolvessem no impasse nuclear iraniano, comprovando-se, deste modo, a hipótese levantada de que existem pretensões subjacentes ao discurso, as quais movem os Estados. Logo, a percepção que se tem acerca do Irã está atrelada à perseguição estatal por seus interesses.

Abordou-se também a existência de um processo de “vilanização” do Irã por parte dos EUA, o qual foi fortalecido pela grande difusão nas mídias, auxiliando-os em seu projeto de dominação através da estratégia de espectro completo.

Evidenciou-se ainda que o Irã também faz uso do discurso para alcançar seus interesses e que possui diversas motivações para adquirir as armas nucleares, embora negue constantemente esse objetivo.

Portanto, tendo como base o programa nuclear do Irã, foi possível concluir que em geral os Estados possuem pretensões subjacentes ao discurso, o qual pode se modificar a partir dos interesses buscados por eles; que atores internos influenciam nas tomadas de decisão e que, deste modo, é preciso desconfiar do teor dos discursos e do que é difundido na mídia, especialmente a pertencente a grandes grupos, com seus próprios interesses.

REFERÊNCIAS

Resoluções da Onu

CSNU. **Resolution 1696**. Adotada em 31 de julho de 2006.

CSNU. **Resolution 1737**. Adotada em 23 de dezembro de 2006.

CSNU. **Resolution 1747**. Adotada em 24 de março de 2007.

CSNU. **Resolution 1803**. Adotada em 3 de março de 2008.

CSNU. **Resolution 1929**. Adotada em 9 de junho de 2010.

Livros

CECEÑA, Ana Esther. **Hegemonias y emancipaciones en el siglo XXI**. In.:____. **Estratégias de construcción de una hegemonia sin limites**. CLACSO: Buenos Aires, 2004.

CHOMSKY, Noam. **Controle da Mídia: os espetaculares feitos da propaganda**. Tradução: Antônio Augusto Fontes. Rio de Janeiro: Graphia, 2003.

CORDESMAN, Anthony H.; AL-RODHAN, Khalid R. **Iranian Nuclear Weapons? The Threat from Iran's WMD and Missile Programs**. Center for Strategic and International Studies.2006.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. In.:____. **Verdade e Poder**. Entrevista feita por Alexandre Fontana. Organização de Roberto Machado. 27ª edição. Graal, 2007.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. **História das teorias da comunicação**. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. 13ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 6ª edição. Campinas: Pontes, 2005.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bolo Histórico**. Tradução Angelina Peralva. 6ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

SADER, Emir. **Hegemonia e contra-hegemonia**. In.: CECEÑA, Ana Esther. **Hegemonias y emancipaciones en el siglo XXI**. CLACSO: Buenos Aires, 2004.

Artigos Científicos

CHEREM, Y. A. **Islã, legitimidade e cultura política: o movimento estudantil no Irã durante o período Khatami.** 2006.

FUSER, Igor. **O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003)** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “Santiago Dantas”, da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). 2005

MENESES-SILVA, Marco Antônio de. **Teoria Crítica em Relações internacionais.** Revista Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 27, nº 2, julho/dezembro 2005, p. 249-282.

MIRANDA, Luiz Cezar dos Santos. **Gramsci, Hegemonia, Contra-Hegemonia e Movimentos Sociais.** V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. Florianópolis: UFSC, 2011.

MOTA, Rodrigo dos Santos. **O caso do programa nuclear iraniano: a busca por soluções pacíficas negociadas e o apoio brasileiro.** 2010. Disponível em <<http://mundorama.net/2010/04/28/o-caso-do-programa-nuclear-iraniano-a-busca-por-solucoes-pacificas-negociadas-por-rodrigo-dos-santos-mota-e-o-apoio-brasileiro/>> Acesso em 28 de janeiro de 2014.

OLIVEIRA, Erson Martins; BRUNETTO, Sérgio Augusto. **Irã: sob ameaça de intervenção imperialista.** Revista PUC Viva. Edição 34. Janeiro/abril de 2009. Pg. 68-74.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Do Xá ao Aiatolá: os 30 anos da Revolução Iraniana.** 2010. Disponível em <<http://www.revistafilosofia.com.br/eslh/edicoes/17/imprime125488.asp>> Acesso em 28 de janeiro de 2014

PENNA FILHO, Pio. **Irã: entre a pressão internacional e a guerra.** Mundorama. 19/01/2012. Disponível em <<http://mundorama.net/2012/01/19/ira-entre-a-pressao-internacional-e-a-guerra-por-pio-penna-filho/>> Acesso em 28 de janeiro de 2014.

REIS DA SILVA, André Luiz. **As relações do Brasil com o Irã e a questão nuclear.** Mundorama. 2010. Disponível em <<http://mundorama.net/2010/05/18/as-relacoes-do-brasil-com-o-ira-e-a-questao-nuclear-por-andre-luiz-reis-da-silva/>> Acesso em 28 de janeiro de 2014.

REIS DA SILVA, André Luiz; KUNRATH, Bruna. **O Brasil como mediador da paz no Oriente Médio**. 2010. Disponível em <<http://mundorama.net/2010/03/24/o-brasil-como-mediador-da-paz-no-orient-medio-por-andre-luiz-reis-da-silva-bruna-kunrath/>> Acesso em 28 de janeiro de 2014.

SCHILLING, Voltaire. **As Crises do Petróleo**. 2002. Disponível em:<<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/petroleo3.htm>> Acesso em 28 de janeiro de 2014.

VALLE MACHADO DA SILVA, Marcos. **Os testes de mísseis iranianos e a construção de eventos relevantes para a segurança internacional**. Mundorama. 2012. Disponível em <<http://mundorama.net/2012/01/02/os-testes-de-misseis-iranianos-e-a-construcao-de-eventos-relevantes-para-a-seguranca-internacional-por-marcos-valle-machado-da-silva/>> Acesso em 28 de janeiro de 2014.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Os EUA, o Iraque e o Irã. A Nova Ordem Global. Relações internacionais do século 20**. 2002. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_70.htm> Acesso em 28 de janeiro de 2014.

WALTZ, Kenneth N. **Why Iran should get the bomb? Nuclear balancing would mean stability**. Foreign Affairs. Volume 91. Nº 4. Julho/Agosto 2012.

Jornais

AMORIM, Celso. **O TNP e o tripé nuclear**. Folha de São Paulo. 2005, Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0905200509.htm>> Acesso em 15 de dezembro de 2013.

CAMPOS, Rosanita. **As sanções de Obama ao petróleo iraniano e os interesses da Europa**. 2012. Disponível em <<http://www.horadopovo.com.br/2012/01Jan/3025-20-01-2012/P7/pag7d.htm>> Acesso em 02 de novembro de 2013.

HASAN, Mehdi. **Se você vivesse no Irã, não iria querer a bomba nuclear?** 2011. Opera Mundi. Disponível em <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaofz0905200509.htm>> Acesso em 12 de dezembro de 2013.

RODRIGUES, Alexandre Reis. **A mediação brasileira no conflito com o Irã**. Jornal Defesa. 2012. Disponível em <http://database.jornaldefesa.pt/crises_e_conflitos/irao/A%20media%C3%A7%C3%A3o%20>

brasileira%20no%20conflito%20com%20o%20Ir%C3%A3o.pdf > Acesso em 15 de outubro de 2012.

The Diplomat. **Kenneth Waltz on “Why Iran Should Get The Bomb”**. 2012. Disponível em <<http://thediplomat.com/2012/07/08/kenneth-waltz-on-why-iran-should-get-the-bomb/>> Acesso em 19 de janeiro de 2014.

Referências Digitais

FERREIRA, Argemiro. **O legado da CIA no Irã, Afeganistão e Paquistão**. Blog do Argemiro Ferreira. 2010. Disponível em:<<http://argemiroferreira.wordpress.com/?s=programa+nuclear&submit=Procurar>> Acesso em 02 de janeiro de 2014.

GLOBAL RESEARCH. **Preparing for World War III, Targeting Iran**. 2010. Disponível em <<http://www.globalresearch.ca/preparing-for-world-war-iii-targeting-iran/20403>> Acesso em 12 de janeiro de 2014.

OMAG, Marcos. **China e Rússia consideram Acordo Brasil-Turquia-Irã base para negociações**. Centro de Mídia Independente Brasil. 2010. Disponível em:<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2010/05/471804.shtml>> Acesso em 18 de janeiro de 2014.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2012. **Ranking das 10 Maiores Reservas Comprovadas de Gás Natural**. Disponível em < <http://www.eia.gov/>>Acesso em 19 de fevereiro de 2014

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2012. **Ranking das 10 Maiores Reservas Comprovadas de Petróleo**. Disponível em < <http://www.eia.gov/>>Acesso em 19 de fevereiro de 2014